

Prefácio

Pedro Ângelo Pagni

Como citar: PAGNI, P. A. Prefácio. *In:* ALMEIDA, J. R. **Foucault e as teorias do reconhecimento:** interfaces com a filosofia da educação. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 9-13.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-121-8.p9-13>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Prefácio

Este livro aborda um tema relevante para as políticas de inclusão em curso e para se discutir nos campos filosófico e educacional o sentido estratégico das tecnologias do reconhecimento nas lutas em prol de uma governamentalidade biopolítica da população, especialmente, com o avanço do neoliberalismo. O autor parte para tanto de um problema enfrentado em sua trajetória como proveniente de setores dessa população que, ao ingressar na universidade após décadas de lutas, se defronta com uma regulamentação jurídica que os reconhece como novo sujeito da justiça social, mas que exige que abram mão das diferenças constitutivas de seu ethos em formação – que potencialmente poderiam produzir subjetivações outras - para se adequar aos seus jogos produtivistas e, porque não dizer, à certa qualificação como sujeito econômico. Esse processo ocorre conjuntamente com a introdução de uma série de dispositivos que os individualiza de uma forma totalizante, ao mesmo tempo em que distribui esses setores da população no ensino superior. Partindo desse testemunho e de certa indignação de que fora neutralizada por esse processo qualquer interpelação de uma cultura acadêmica elitista, outras vezes excessivamente pragmática, o livro explora as fontes filosóficas apropriadas na discussão proposta para respaldar essa micropolítica de reconhecimento e para sugerir outros usos de suas tecnologias nas lutas por inclusão: como afirmação das diferenças e como focos de resistência aos devires majoritários em circulação na universidade brasileira.

Em torno desse eixo o seu autor elabora um percurso bastante produtivo e impressionante – por se tratar dos resultados de uma tese de doutorado –, abarcando o pensamento de filósofos como Charles Taylor, Axel Honneth, Judith Butler e, especialmente, Michel Foucault. Não por coincidência o embate produzido por esses filósofos é similar aquele que emerge no campo das pesquisas em filosofia da educação, demonstrando haver aí mais do que uma complementaridade de argumentos que sustentam as políticas de inclusão no Brasil, mas um dissenso claro, no que se refere à temática do reconhecimento, ainda que inadvertido.

Nesse sentido, os argumentos do livro são o de que as teorias do reconhecimento que se apóiam numa esfera jurídico-política e que vislumbram em suas lutas a construção de sociedades inclusivas, como as de Taylor e de Honneth, conferem às diferenças constitutivas dos setores mais vulneráveis da população a necessidade de serem respeitados e tratados com certa concessão de um lugar de direitos sociais. Eles são analisados quanto à sua importância no que se refere aos aspectos táticos, mas não estratégicos dessas lutas. São também criticados por produzirem formas de reconhecimento que concorrem para determinadas políticas identitárias e, portanto, para uma governamentalidade biopolítica que, com o avanço global do neoliberalismo, passou a atuar por distribuição e cooptação dessas identidades aos jogos de biopoder e à racionalidade econômica cujo fim último é medido pela prosperidade econômica, pela renda adquirida com o capital humano e, principalmente, com o consumo. Por fim, tendo o reconhecimento da diversidade cultural como uma garantia dessa racionalidade governamental, essas teorias respaldariam ações no campo jurídico que, não obstante sua importância, não seria suficiente para promover a afirmação da diferença e, em especial, a sua expressão aletúrgicas, justamente pelo modo como a consciência e a pragmática da linguagem se sobrepõem ao sujeito de

desejo. Esta é a principal ressalva feita neste livro às teorias do reconhecimento de Taylor e de Honneth.

Para abordar esse terreno, a discussão apresentada pelo autor do livro reporta o seu leitor aos pensamentos de Judith Butler e de Michel Foucault. Para esses filósofos o desejo ocuparia o centro do uso das tecnologias de reconhecimento nas lutas em prol da inclusão. Isso porque para a filósofa estadunidense o desejo seria a parte oculta dos relatos de si, responsáveis pela expressão dos corpos e das possibilidades de criação das alianças políticas propiciadas pelos setores da população governável, anteriormente mencionados. Vistos como uma falta, decorrente de uma ontologia da vulnerabilidade e parte constitutiva das existências precárias que a reúnem, o desejo seria o móvel para que essas lutas se processassem em prol de um reconhecimento que abrangesse a minimização dessa precariedade, a amenização da violência resultante dos jogos de dominação e a radicalização das formas de vida democráticas. Dessa perspectiva, à luz dessas reflexões poder-se-ia dizer que se, anteriormente, esses setores teriam sido excluídos em razão de sua vulnerabilidade, ao menos há uma década acedem ao ensino superior e nele poderiam criar formas de existência comuns insurgentes na universidade e, conseqüentemente, utilizar as tecnologias de reconhecimento para que a afirmação de suas diferenças de modo tal que aprimorasse politicamente a democracia, tornando-a mais radical em nossa sociedade.

Essa perspectiva seria vista neste livro como uma afronta ao neoliberalismo, sobretudo, porque conferiria à democracia um caráter ilimitado pelas lutas sociais por inclusão, advindas de setores da população que, em função de sua precariedade, demandaria o atendimento de suas necessidades vitais e de seus desejos como parte de uma racionalidade governamental mais plural e democrática, assegurando pelas políticas sociais, certa igualdade de condições, para ampliar as lutas

por mais liberdade. Contudo, não tratar-se-ia apenas de utilizar o reconhecimento apenas como uma tecnologia social respaldada numa noção de desejo como falta ou como luta de suprir primeiro a necessidade para então que o sujeito lutasse por liberdade. Diferentemente dessa postura em relação ao reconhecimento, o autor do livro sustenta que ele pode ser compreendido como uma tecnologia de si, que afirma as diferenças enquanto signo não somente de vulnerabilidade, de falta e de violência, como também de força, de uma atitude crítica afirmativa e insurgente, produtora de modos outros de subjetivação. Com vistas a abordar essa perspectiva, o livro recorre ao pensamento de Michel Foucault, particularmente, a alguns de seus últimos cursos para abordar o desejo, não como falta, mas como potência, reportando o leitor a uma economia do prazer em que os dispositivos de sexualidade são desmontados para que uma erótica possa ser vislumbrada e nos auxilie a desnaturalizar as condições pelas quais os dispositivos de inclusão atuam no sentido de aplacar, neutralizar e despotencializar as nossas forças, por assim dizer, ingovernáveis.

Esta é ao meu juízo a sua contribuição original e o seu impacto acadêmico mais relevante, seja para as pesquisas em Filosofia da Educação, seja para outros campos que abordam o tema, seja para as políticas inclusivas do ensino superior, seja ainda para jovens estudantes que, ao ingressarem nesse grau de ensino, podem se inspirar em ensaios de si como este, recriando sua cultura, mediante a potencialidade de suas diferenças. Isso porque é sobre essa ingovernabilidade que faz muito desses estudantes que provieram de situações como as retratadas se sentirem “menos”, ontologicamente falando, começarem a se sentir “mais”, como um sujeito indelével, insubstituível, com um papel histórico a cumprir. Não se trata de dizer que esses estudantes seriam os novos sujeitos da revolução, mas que o agenciamento das diferenças e dos

devires que a produzem no interior dessa instituição poderia fazê-los criar coletivamente modos de existências outros, na micropolítica que a compreende, propondo espaços cada vez mais livres a serem ocupados por esses atores, sem desmerecer os demais nem cair na armadilha identitária ou universal dos protagonismos.

É esse retrato do reconhecimento e das políticas de inclusão e elaboração que nos convida a refletir, como leitores, e, quem sabe, a nos engajar, como atores, a sair de nossa condição como meros elementos de uma instituição como a universidade ou, mesmo, das lutas sociais por inclusão. Para nelas existir é preciso resistir e recriá-las! Esta é a provocação – ou, ao menos, o foi para mim –, uma vez que abriu o caminho para esse outro que vem tem se apresentado como uma exigência histórica e política de nosso presente, conjuntamente com os desafios acadêmicos de uma cartografia por vir, da qual este livro me parece ser só um começo.

Para finalizar este prefácio, gostaria de expressar o quanto me sinto honrado de fazer parte deste começo. Agradeço também ter acompanhado como orientador e amigo o trajeto de Jonas Rangel de Almeida e todo aprendizado, ao longo de mais de uma década, para enxergar a clandestinidade dos devires que habitam as lutas pelo reconhecimento.

Pedro Ângelo Pagni

Professor Associado do DASE-FFC/UNESP

Pesquisador do CNPq